

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Conforme a Lei 14.133/21

Pregão Eletrônico nº 09/2026**Processo Administrativo nº 041/2026****Legislação de regência: Lei Nacional 14.133/21 e Decreto Municipal 443/2024****OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de apreensão de animais (bovinos e equinos) soltos/abandonados no perímetro urbano e rural do Município de Conceição de Jacuípe – BA.**SIGILO:** () SIM (x) NÃO**REGISTRO DE PREÇOS:** () SIM (X) NÃO**UNIDADE (S) REQUISITANTE (S):** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE – BA**1. DO OBJETO****1.1. NATUREZA**

- (x) Comum
- () Especial
- () Comum de Engenharia
- () Especial de Engenharia
- () Obra
- () Técnico especializado de natureza predominantemente intelectual
- () Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações
- () Locação
- () Artigo (s) de luxo, em hipótese autorizada por regulamento

1.2. QUANTITATIVO

Por conta da natureza do serviço, a quantidade será uma unidade, que se renova mês a mês, por um período de um ano.

Destaca-se que, na forma do art. 18, § 1º, IV, da Lei 14.133/21, que a quantidade abaixo pormenorizada estimada, não vislumbra interdependência com outros contratos, possibilitando economia para a administração.



Itens	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Und	Qtde
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de apreensão de animais (bovinos e equinos) soltos/abandonados no perímetro urbano e rural do Município de Conceição de Jacuípe – BA	mês	12

1.3. PRAZO DO CONTRATO

O contrato administrativo decorrente da presente licitação terá duração de um ano, podendo ser prorrogado.

1.4. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato oriundo da presente licitação, poderá ser prorrogado, observada a maior vantagem econômica, disponibilidade de créditos orçamentários e a opção de extinguir o contrato, sem ônus, na forma do art. 107, da Lei 14.133/21.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, concluiu pela viabilidade da presente contratação.

2.2. Nele, se estabeleceu que a necessidade da Administração em contratar serviços de apreensão de animais é melhor suprida pela solução de realização de pregão eletrônico por menor preço, para contratação de empresa prestadora de serviços de apreensão de animais para executar o objeto apresentado pela Prefeitura na forma de regime de empreitada, com avaliação de menor preço.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Verificou-se que a solução adotada com maior frequência pela Administração Pública é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda, contemplando equipe capacitada, veículo tipo caminhão boiadeiro, equipamentos de contenção e disponibilização de local adequado para guarda temporária dos animais.

No levantamento realizado, foram identificadas basicamente três possíveis soluções:

1. Execução direta pelo Município;
2. Convênio ou cooperação com entidade privada ou associação local;



3. Contratação de empresa especializada por meio de procedimento licitatório.

Após análise técnica, constatou-se que a execução direta exigiria investimentos prévios significativos em veículos apropriados, estrutura física para abrigo dos animais, equipamentos específicos e contratação ou capacitação de servidores, o que aumentaria os custos fixos da Administração.

A celebração de convênios, por sua vez, mostrou-se limitada em razão da inexistência de entidades locais com estrutura adequada e capacidade operacional comprovada para atendimento contínuo, inclusive em regime de plantão.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais viável técnica e economicamente, pois permite:

- Atendimento sob demanda, evitando custos fixos elevados;
- Utilização de estrutura já existente da contratada;
- Maior eficiência e agilidade na execução dos serviços;
- Redução de riscos operacionais e administrativos para o Município.

Sob o aspecto econômico, a contratação por valor fixo possibilita melhor controle dos gastos públicos, uma vez que o pagamento ocorrerá mensalmente com valor predefinido, conforme lance final apresentado na licitação, contemplando todos os custos envolvidos no serviço contratado.

Assim, conclui-se que a contratação de empresa especializada é a alternativa que melhor atende ao interesse público, conciliando eficiência operacional, economicidade e segurança jurídica.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os fornecedores participantes deverão atender as exigências do art. 62 e seguintes, da lei 14.133/2021, relacionados a habilitação, conforme segue:

4.1.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso a alteração social consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado das alterações, se houver, devidamente registrados ou a consolidação respectiva e de prova de diretoria em exercício;

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;



- Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante;

4.1.2. A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- g) o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

Para as **microempresas e empresas de pequeno porte** aplicar-se-ão as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.1.3. A **Qualificação Econômica Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a.1) cumprirão a exigência do subitem anterior, limitando-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- I. Publicados em Diário Oficial ou;
- II. Publicados em jornal de grande circulação ou;
- III. Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou;
- IV. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. V. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

b) Os índices econômicos deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

c) A boa situação financeira do licitante, será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado.

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $\geq 1,00$

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$



ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\geq 1,00$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GEG – GRAU DE INDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

c.1) A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

4.1.4. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional no fornecimento de produtos equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

4.2. Atendidas as exigências legais, fiscais, trabalhistas e ambientais pertinentes à execução do objeto, a empresa contratada deverá atender também:

4.2.1. Comprovar capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços de apreensão de animais de grande porte (bovinos e equinos), garantindo atuação eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.2. Dispor de equipe capacitada e treinada para manejo, contenção e transporte adequado dos animais, observando normas de segurança, bem-estar animal e prevenção de maus-tratos.

4.2.3. Possuir veículos apropriados, como caminhão tipo boiadeiro ou similar, devidamente regularizados e em condições adequadas de uso, além de equipamentos necessários para contenção e condução segura dos animais.

4.2.4. Disponibilizar local apropriado para guarda temporária dos animais apreendidos, com estrutura mínima que assegure abrigo, alimentação, fornecimento de água e condições adequadas de manejo durante o período de permanência.

4.3. Os serviços deverão ser prestados mediante acionamento da Administração, inclusive em regime de plantão ou sobreaviso, garantindo atendimento ágil tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município.

4.4. É vedada a subcontratação dos serviços, nos termos do §2º, do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.



5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato será executado de acordo com a necessidade do contratante, devendo apreender os animais soltos nas vias da zona urbana ou rural do município de Conceição de Jacuípe, independente de solicitação emitida pela secretaria demandante.

5.2. Definição dos servidores devidamente capacitados que farão parte da equipe de fiscalização do serviço.

5.3. Acompanhamento da execução do serviço.

5.4. O início da execução contratual se dará após a assinatura do contrato, quando será emitida ordem de serviço pela Contratante, para que seja executado o serviço, objeto deste termo.

5.3. Executar as seguintes ações mitigadoras ao impacto ambiental:

- Adoção de práticas corretas no manejo dos resíduos sólidos;
- adoção de práticas adequadas de limpeza e organização do local de guarda temporária;
- Atender as normas sanitárias e legislação ambiental.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As partes contratuais deverão observar fielmente o pacto firmado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos da lei e do instrumento contratual.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato será fiscalizada por agente público designado pela autoridade competente nos termos da regulamentação municipal e do art. 117, *caput*, da Lei 14.133/21

6.5. Além de fiscal, será também designado gestor do contrato nos termos da regulamentação municipal e art. 8º, § 3º da Lei 14.133/21.

6.6. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, a Contratada que:

- 6.6.1.dá causa à inexecução parcial do contrato;
- 6.6.2.dá causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.6.3.dá causa à inexecução total do contrato;
- 6.6.4.deixa de entregar a documentação exigida;
- 6.6.5.não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.6.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 6.6.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.6.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 6.6.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.6.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.6.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.6.12. praticar um dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/13.
- 6.7. Serão aplicadas ao (s) responsável (s) pelas infrações administrativas previstas no item 6.6 as seguintes sanções:
 - 6.7.1. advertência;
 - 6.7.2. multa;
 - 6.7.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 6.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 6.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
 - 6.8.5. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.9. Pela inexecução parcial do objeto contratual, a Administração poderá aplicar, isoladamente, à CONTRATADA a pena de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 2º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.10. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1 deste Termo de Referência, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.8; 6.6.9; 6.6.10; 6.6.11 e 6.6.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.7.3 deste Termo de Referência, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6.13. A aplicação das sanções previstas no item 6.7 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração Pública.



- 6.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se exigida, ou será cobrada judicialmente.
- 6.14.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.15. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.16. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.18. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.
- 6.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 6.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.21. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 ou em regulamentos da Administração Pública deste Município que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 6.22. Compete ao gestor do contrato administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, em especial:
- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - III - analisar eventuais alterações contratuais, após consultado o fiscal do contrato;



- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução, através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI – decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens e/ou pela realização de serviços;
- VII - efetuar a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- IX - realizar outras atividades compatíveis com a função.

6.23. Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em especial:

- I - esclarecer, prontamente, as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias a perfeita execução;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, à realização de serviços ou à execução de obras;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- V - exigir o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho;
- VI - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- VII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- VIII - solicitar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- IX - requerer, das empresas, testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- X - realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XI - propor, à autoridade competente, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado, no prazo de até 30 (trinta) dias, do mês subsequente, contados da certificação da nota fiscal.
- 7.2. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, contabilizando as solicitações realizados no período.
- 7.3. Em caso de irregularidade ou imperfeição na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizada.



- 7.4. Dos pagamentos devidos serão retidos na fonte, os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor dos serviços será selecionado mediante procedimento de licitação pública, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabelecem obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de habilitação expostas na lei.
- 8.2. A licitação pública será regida pelos dispositivos da Lei Nacional 14.133/21 e regulamentação municipal pertinente.
- 8.3. A modalidade adotada será pregão eletrônico.
- 8.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.
- 8.5. Será designado a agente pública LORENA PEDREIRA ROCHA, nº de matrícula 826, como Pregoeira do certame.
- 8.6. A disputa será realizada em meio eletrônico, na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br, com data e horário a serem definidos pelo Edital.
- 8.7. O modo de disputa será misto (fechado e aberto, nesta ordem).
- 8.8. O Edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, no site: www.licitanet.com.br e sítio oficial da Prefeitura e seu resumo no Diário Oficial do Município.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Conforme estabelece o artigo 23, § 1, da lei 14.133/2021, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido, de acordo com os parâmetros expostos nos incisos I a V, adotados de forma combinada ou não.

Nesse sentido, conforme prevê, o inciso I, do citado artigo, foi feita pesquisa de preço no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para encontrar o valor médio da contratação, conforme links abaixo:

<https://pncp.gov.br/app/editais/44780609000104/2025/321> - Barretos

<https://pncp.gov.br/app/editais/08940694000159/2025/256> - Itaporanga

<https://pncp.gov.br/app/editais/18715490000178/2025/211> - Ibirite

<https://pncp.gov.br/app/editais/21461546000110/2025/159> - Januária

<https://pncp.gov.br/app/editais/18682930000138/2025/155> - Andrelandia

A pesquisa teve por objetivo levantar preços praticados no mercado para contratação de serviços de apreensão de animais, permitindo à Administração formar valor estimado compatível com a realidade, observando os princípios da economicidade e da vantajosidade.

Dessa pesquisa, constatou-se que o valor médio mensal estimado é de R\$ 20.018,53 (vinte mil dezoito reais e cinquenta e três centavos), para o serviço desse objeto.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na rubrica abaixo:



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXECUTORA:

0401- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FONTE DE RECURSOS:

1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados

1.704.0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural

1.708.0000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais

1.720.0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural

PROJETO / ATIVIDADE:

2.032 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ELEMENTO DESPESA:

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

11. DA PREVISÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1. O Município de Conceição do Jacuípe – BA não possui Plano de Contratações previsto para o ano de 2026, conforme consta no Decreto Municipal 443/2023, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, não há previsão de obrigatoriedade do Plano de Contratação Anual (PCA); consoante a dicção do seu art. 24, *caput*, bem como a do art. 12, VII da Lei Nacional 14.133/21, que aponta a sua faculdade para municípios e estados.

Conceição do Jacuípe, Bahia, 05 de março de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Jailton dos S. Souza